



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Consulta sobre o impacto ambiental relativo ao projecto da construção da Ilha Ecológica

Recentemente, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) publicou na sua página electrónica o “primeiro edital sobre a avaliação do impacto ambiental relativa ao projecto da Ilha Ecológica (1.ª Fase)”. Em cumprimento das exigências previstas na “Lei da Avaliação do Impacto Ambiental da República Popular da China” e nas “Medidas para a Participação Pública na Avaliação do Impacto Ambiental”, as autoridades divulgaram, pela primeira vez, o referido edital, e o público podia apresentar opiniões e sugestões sobre o projecto de construção durante o período de divulgação. No entanto, a página electrónica não indicava, expressamente, a data de início da recolha de opiniões, referindo apenas que começa “a partir de hoje até 28 de Abril de 2024”. Consultando as informações divulgadas na página electrónica da DSPA, incluindo as notícias e anúncios, bem como a página electrónica do Gabinete de Comunicação Social (GCS), não existem informações sobre o assunto e apenas alguns órgãos de comunicação social publicaram notícias sobre o caso. Esta prática não é nada razoável e está fora do normal!

As referidas “Medidas” estabelecem o seguinte: o prazo para as entidades responsáveis pela construção consultarem a opinião pública não pode ser inferior a 10 dias úteis; a divulgação, através de plataformas *online* das informações, não pode ser inferior a 10 dias úteis; as informações têm de ser divulgadas pelo menos duas vezes, através de jornais de fácil acesso ao público; o prazo de afixação dos anúncios



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

em locais de fácil acesso ao público não pode ser inferior a 10 dias úteis; e são incentivadas as entidades promotoras a divulgarem informações sobre os projectos, através de diversos canais, nomeadamente, rádio, televisão, WeChat, Weibo. Consultadas as notícias divulgadas recentemente através dos órgãos de comunicação social, apenas se verificam uma notícia divulgada na noite do dia 23 de Abril e uma outra publicada num jornal no dia 24 de Abril. No dia 25 de Abril, existem órgãos de comunicação social que indicaram que os trabalhos de avaliação do impacto ambiental tinham sido desenvolvidos “silenciosamente”, modo esse que despertou a atenção da sociedade.

As informações divulgadas na página electrónica da DSPA contêm uma apresentação sobre a situação básica do projecto de construção, e a construção envolve três locais: a zona portuária junto ao aterro para resíduos de materiais de construção de Macau; a ilha ecológica de 1,4 quilómetros quadrados (1.^a fase), localizada a sul das áreas marítimas de Macau; e o canal de navegação entre a zona portuária de saída e a ilha ecológica. De facto, no documento de consulta sobre o “zoneamento marítimo funcional” e o “planeamento das áreas marítimas”, bem como na página electrónica da DSPA sobre o tema da ilha ecológica, o Governo definiu que a área marítima onde vai nascer a ilha ecológica é de 2,45 km² e o prazo de utilização dessa ilha não vai ser inferior a 20 anos. No entanto, o objecto da avaliação do impacto ambiental dos aterros para resíduos só dizia respeito ao prazo de execução da obra que é de 10 anos e o funcionamento da ilha que ocupa uma área de 1,4 km², o que é, evidentemente, uma prática fora do normal!

Mais, o conteúdo do edital da DSPA não faz referência aos golfinhos brancos chineses, mas as informações públicas sobre a recolha de fornecedores, divulgadas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

pela “*Shanghai Investigation, Design & Research Institute Co., Ltd*”, entidade responsável pela avaliação do impacto ambiental, no dia 29 de Março, referem que o estudo sobre o impacto ambiental da ilha indica, claramente, que é necessário avaliar o impacto das obras sobre os golfinhos brancos chineses, especialmente a distribuição, o número e as mudanças de *habitat* destes últimos. De acordo com as informações divulgadas pela DSPA, prevê-se que sejam necessários 3 anos para a construção de um dique e, posteriormente, na zona rodeada pelo dique vão ser utilizados materiais inertes resultantes da demolição e construção para fazer o aterro, substâncias essas que vão estar em conformidade com as especificações dos aterros.

Os materiais inertes resultantes da demolição e construção vão passar por um processo de selecção, e os que estão em conformidade com as regras de realização de aterros vão ser transportados de barco para a ilha ecológica para servir de materiais de aterro (representando cerca de 88 por cento do volume total dos materiais para o enchimento da ilha ecológica). Mais, na zona superficial onde vão decorrer as obras, vão ser construídas zonas de enterramento para tratar dos resíduos, escórias, cinzas volantes solidificadas e restos de materiais de construção mistos (representando cerca de 12 por cento do volume total de resíduos a enterrar na ilha ecológica). Neste momento, só os materiais inertes resultantes de demolições e construções, devidamente seleccionados e com qualidade adequada, é que podem ser reaproveitados, ao passo que os restantes resíduos da construção civil, cinzas e escórias, entre outros, ou seja 52 por cento do total, não podem ser tratados através da cooperação regional.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. O “primeiro edital sobre a avaliação do impacto ambiental relativa ao projecto da Ilha Ecológica (1.ª Fase)” terminou em 28 de Abril, mas não há qualquer informação pública que mencione uma data clara para o seu arranque. A DSPA e o GCS não divulgaram nenhuma nota de imprensa, nem a data de publicação do anúncio na página electrónica. A primeira notícia divulgada pelos órgãos de comunicação social foi no dia 23 de Abril à noite, ou seja, o assunto só foi publicitado durante 6 dias. Porque é que o Governo não divulgou qualquer nota de imprensa como fez no passado? As autoridades já divulgaram as informações relativas ao projecto, de acordo com o número de dias de divulgação, o número de vezes e a forma de divulgação definidos nas referidas “Medidas”?

2. Desta vez, a avaliação do impacto ambiental abrange apenas 1,4 quilómetros quadrados (1.ª fase) da ilha ecológica, mas, segundo o que foi divulgado antes pelo Governo da RAEM, o projecto de construção da ilha ecológica divide-se em duas fases, com uma área total de 2,45 quilómetros quadrados, e a execução e o funcionamento do aterro onde vão ser tratados os resíduos de materiais de construção e de exploração não vão ser inferiores a 20 anos. De que fundamentos científicos e razoáveis dispõe o Governo para “cortar aos pedaços” a ilha ecológica e submeter os pedaços à avaliação sobre impacto ambiental? A entidade responsável pela avaliação do impacto ambiental, que é a “*Shanghai Investigation, Design & Research Institute Co., Ltd.*”, referiu que o impacto da ilha ecológica sobre os golfinhos brancos era um dos pontos fulcrais do estudo, então, porque é que as autoridades não mencionaram essa matéria nas informações divulgadas? De acordo com os dados da DSPA, prevê-se que, no âmbito do projecto da ilha ecológica, há que gastar 3 anos para construir o dique, assim sendo, de que planos de construção e medidas dispõe o Governo para



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

reduzir o impacto no mar?

3. Actualmente, cerca de metade dos resíduos que podem ser aproveitados para a construção civil de Macau, após a selecção, podem ser tratados no âmbito da cooperação regional, e os restantes 52 por cento, que são resíduos não inertes de materiais de construção, escórias e cinzas volantes, que não podem ser aproveitados para fazer aterros, têm de ser tratados em Macau. Convém frisar que esses materiais que não podem ser aproveitados para aterro e que precisam de ser enterrados na ilha ecológica representam 12 por cento do volume total da ilha, o que significa que, se o Governo precisa de mais materiais que estão previstos para serem resolvidos através da cooperação regional, não deveria reter mais esses materiais para a construção da ilha ecológica? Até ao momento, o Governo ainda não apresentou os fundamentos científicos para a construção da ilha ecológica, nem as informações sobre as vantagens e desvantagens da escolha de outros locais para a construção da ilha “artificial” em comparação com a actual localização, por isso, é difícil convencer o público. O Governo deve disponibilizar informações e dados completos, bem como efectuar uma comparação com outras localizações, para o público ficar a conhecer e discutir, plenamente, o assunto. Vai fazê-lo?

26 de Abril de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou